

O "caso" Aquino de Bragança entre Lisboa e Maputo

• O golpe contra o Embaixador de Moçambique em Lisboa

MAPUTO — (do nosso correspondente permanente João Tembe) — *A especulação à volta das declarações de Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane no Maputo, relativas a uma suposta "mensagem" enviada por Lurdes Pintasilgo a Samora Machel, foi um dos temas da actualidade política portuguesa nas duas últimas semanas: houve quem falasse de mensagem de saudação e de telegrama de felicitações. A questão foi acompanhada de perto pelos dirigentes de Moçambique.*

Nesta polémica, cujas declarações de uma parte e de outra têm sido glosadas em Lisboa com objectivos meramente políticos, o que ressalta dos comentários precipitados do próprio Freitas do Amaral do CDS referindo-se a uma "mensagem espantosa de L.P. a Samora", jornalistas e políticos, cada qual puxou a brasa à sua sardinha... Com objectivos político-eleitorais ou partidários e com objectivos pessoais, fez-se uma tempestade num copo de água... Por aqui a reserva habitual.

Esta a razão porque fomos conduzidos a recolher elementos que poderão talvez levar a esclarecer esta questão.

Para tanto será necessário dizer-se quem é Aquino de Bragança e de onde vem o prestígio de que goza junto de uma certa esquerda do semanário argelino *Revolutions Africaine* e depois do *Afrique Asie*, como especialista das questões africanas, com particular relevo para o caso das antigas colónias portuguesas. *Afrique Asie*, editado em Paris, tornou-se o semanário preferido de uma certa esquerda civil e militar favorável à "descolonização" e reclamando-se de um anti-imperialismo, que não era extensivo nem à União Soviética e seus satélites de leste, nem à China de Mao.

Enquanto *Jeune Afrique*, outro semanário editado em Paris, embora favorável à "descolonização" defendia a expansão do capitalismo euro-americano em África e condenava as ofensivas do capitalismo de estado do bloco dito socialista.

Aquino de Bragança tornou-se um jornalista consagrado durante o período que precedeu a descolonização de África de expressão portuguesa. Nessa qualidade, foi um elemento útil para os líderes dos movimentos africanos como Amílcar Cabral, Mondlane, Neto, Marcelino dos Santos e Samora Machel. • Depois da queda do regime Salazar/Caetano em 25

de Abril de 1974 e da independência concedida à Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, Aquino de Bragança regressou a Moçambique. Os seus anos de exílio e de luta contra o colonialismo, em Argel, foram difíceis e desgastantes. Quando esperava, que em reconhecimento dos seus esforços nessa luta, lhe atribuissem o lugar de conselheiro e acessor de Samora Machel, isso não aconteceu.

• Nos círculos próximos de Samora Machel afirma-se que Aquino foi preterido em favor de Luís Bernardo Honwana por razões ligadas ao seu estatuto de "simples jornalista" e falta de confiança na sua solidez ideológica e firmeza de carácter. Três elementos de primeiro plano do comité central da Frelimo, Óscar Monteiro, Sérgio Vieira e Jorge Rebelo, estariam na origem dessa "exclusão" de Aquino. Deste modo, embora gozando de certa simpatia e prestígio no estrangeiro, A.B., na sua qualidade de director do Centro de Estudos Africanos, não joga qualquer papel de relevo na política interna ou externa de Moçambique, controlada por aquelas três personalidades em estreita relação com a República Democrática Alemã, União Soviética, Bulgária e também a Tanzania de Julius Nyrere.

• Qual o objectivo de Aquino ao avistar-se com o general Eanes e também com L. Pintasilgo?

Aquino, segundo se afirma aqui, não foi mandatado nem como portador de mensagens de Samora para governantes portugueses, nem como intermediário para o estreitamento de relações diplomáticas: beneficiando dos seus contactos, a iniciativa seria da sua responsabilidade pessoal. Visando jogar um papel político de relevo, Aquino de Bragança ambicionaria tornar-se o Embaixador de Moçambique em Portugal, substituindo Panguene, e neste seu projecto ele contaria com a caução de Melo Antunes.

Simplemente, Melo Antunes desconhece o facto de Aquino ser considerado "figura de segundo plano" por Samora Machel e os três dirigentes políticos, cuja acção tem vindo a ser determinante, inclusive no estado das relações político-económicas entre Moçambique e Portugal.

• Tanto Samora como Oscar Monteiro, Sérgio Vieira e Jorge Rebelo, estão mais próximos de um Vasco Gonçalves que de um Melo Antunes e o seu grupo dos Nove, segundo os moçambicanos, acusados de "liberalismo". Mais ainda depois da queda de VG, com quem tinham estabelecido um acordo que dificultaria o "éxodo" dos portugueses de Moçambique para Portugal. Os portugueses não teriam outro remédio senão ficar, "persuadidos" a aceitar as condições de "integração" na "revolução" impostas pela Frelimo. As coisas não aconteceram como Samora Machel previu e VG aquiesceu em nome dos interesses de ambos os países e da sua estabilidade política e económica. Sublinhe-se que a saída massiva dos quadros portugueses representou o descalabro gradual da economia de Moçambique, hoje num autêntico caos e dependente da "boa vontade" inteligente e calculada do regime de Pretória.

Deste modo, parece poder excluir-se a eventualidade de Aquino vir a substituir Panguene como embaixador de Moçambique em Portugal.

• Portanto, na origem dos encontros de Aquino de Bragança com Eanes e Pintasilgo, encontra-se apenas uma tentativa pessoal do Director do Centro de

Estudos Africanos no sentido de uma normalização das relações Portugal/Moçambique, pano de fundo para cobrir o seu desejo de se tornar embaixador em Portugal. Esta a razão que leva os círculos próximos das três personalidades mais destacadas do regime de Samora a classificarem as tentativas de AB como "manobras" de carácter pessoal, caucionado pelo seu prestígio internacional como jornalista.

Relativamente à "política africana" de LP, que embora mantendo como princípio o desejo de "normalização" das relações como o próprio Eanes e seus governos (a política externa seria também um domínio privilegiado da presidência) estaria determinada a ir mais longe e a exigir dos seus interlocutores um mínimo de ética, de coerência e de responsabilidade. O governo de Samora, conhecendo já a firmeza e dignidade de que os actos e palavras de Lurdes Pintasilgo se revestem, receia a impossibilidade de impôr os seus critérios e opções a alguém que acima de puros interesses político-económicos, se mostrou até aqui empenhada em privilegiar os direitos de cada cidadão, homem e mulher.

Os moçambicanos parecem estar ao corrente de que, se para LP a conjuntura exige que se ponha uma pedra sobre o contencioso económico-financeiro entre os dois países, uma normalização implicaria o final da era das arbitrariedades e injustiças de que têm sido vítimas cidadãos portugueses.

• O facto de se assistir ultimamente em Portugal a uma sorte de "silêncio" cúmplice tanto dos partidos de direita como de esquerda relativamente à repressão das autoridades de Moçambique contra nacionais e portugueses, atitude que visa uma "normalização" das relações com uma conotação económica — as possibilidades para a indústria portuguesa preterida em favor da brasileira ou soviética — tem por outro lado conduzido os conselheiros de Samora a uma atitude de distanciamento prudente. Quanto mais "complexos de culpa" revelarem os dirigentes portugueses relativamente ao período de guerra colonial, maior será o grau de "usura" de que se servirão os dirigentes moçambicanos para amarrar Portugal a novas obrigações e compromissos, sem qualquer reciprocidade. E, nesta perspectiva, o diálogo eventual com LP parece incomodá-los mais do que seduzi-los. E daí o considerarem inoportuna a intervenção pessoal de Aquino de Bragança.